Ex.^{mo} Presidente do Júri,
Doutor Luís Manuel Cerqueira Barreto

Eu, Daniel dos Santos Tavares, venho, por este meio, solicitar a reapreciação do processo relativo à candidatura apresentada no âmbito do recrutamento de um Professor Adjunto, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de cinco anos, para a área científica de Estudos Literários, especialidade Interartes, do mapa de pessoal do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), publicado no Edital n.º 1102/2024, de 9 de agosto, publicado em Diário da República, n.º 154, Série II de 2024-08-09.

Apesar de a minha candidatura estar na lista provisória em primeiro lugar, apelo à consideração de alguns aspetos cuja relevância me parece importante destacar. Passo a elencar os pontos quer no meu processo quer no processo do candidato ordenado no segundo lugar, Pedro Meneses:

No que diz respeito ao meu processo e respetiva avaliação:

- 1) Na componente DTCP, subcomponente DTCP 1, ponto i) - *Comunicação oral em congressos internacionais (até 5 pontos por item)*, verifico que me foi atribuída a pontuação de 0 valores por um dos elementos do júri, parecendo-me notório que se trata de um lapso de contabilização, visto que os restantes consideraram os 18 itens apresentados. Peço, por isso, que seja reconsiderada a avaliação em 90 pontos neste item e, assim, calculada a respetiva média e pontuação.
- 2) No ponto DTCP 3 III b.) *Avaliação (reviewer) de artigos em revistas científicas ou capítulos de livros ou livros na área/especialidade do concurso - 4 pontos por item*, constato que os 13 artigos revistos não foram contabilizados (em média). Ora, tal como os restantes membros do júri avaliaram, creio que a pontuação deveria corresponder a 52 valores. Neste campo, solicito a reapreciação para que a pontuação seja revista e as respetivas médias calculadas.
- 3) No ponto CP1 I. b) *Experiência efetiva de serviço docente noutros graus de ensino (1 ponto por ano letivo)*, verifico que a minha atividade letiva noutros graus de ensino não foi valorizada por um elemento do júri e, podendo tratar-se de um lapso de contabilização, pede-se, também aqui, reapreciação e acerto da respetiva média.
- 4) No ponto OAR 1 - I. a) *Exercício de funções de direção, de gestão e participação em órgãos colegiais em instituições de ensino superior (até 5 pontos por ano)*, noto ainda que me foi atribuída a pontuação de 33,8

valores. Sendo a contabilização dos elementos correspondente a cada ano, julgo, neste ponto, ter 19 anos acumulados de diferentes cargos/funções e participações em órgãos colegiais (para os quais fui eleito), pelo que me parece que deveriam ser contabilizados 95 pontos, como, de resto, foi considerado por um elemento do júri. Aqui, peço que seja reconsiderada a pontuação e, tal como referido no ponto anterior, que a pontuação média seja revista.

- 5) Em relação ao meu processo, surge, ainda, uma dúvida. Na componente *III. a) Habilitação académica relevante para a área disciplinar/especialidade em que é aberto o concurso (até 40 pontos)*, verifico que nem todos os elementos do júri pontuaram a minha formação com a mesma valorização. Neste ponto, por ter formação na área e especialidade do concurso, creio que este item deve ser valorizado em relação a outros candidatos, pois considero ser o único candidato que apresenta formação académica (e produção científica) consistente, respondendo ao Edital tanto na área como na especialidade. Assim, peço que este elemento seja valorizado e a média do item a) do ponto III seja recalculada.

Em relação ao processo do candidato Pedro Meneses, identifico questões cuja menção é imperativa e que, na apreciação que faço desta candidatura, julgo serem matéria de reapreciação:

- 6) No DTCP 1 *I. a) Livros científicos na área específica do concurso (autor/coautor) (até 25 pontos por item)* verifica-se a existência de propostas submetidas e, por isso, não publicadas (do item 1 ao 8). Nesse sentido, considero que os elementos não devem ser contabilizados. Por outro lado, os itens 10 e 11 dizem respeito ao mesmo elemento: uma tese de doutoramento publicada no *repositorium* (UMinho) e a sua publicação em livro (editora Húmus). Assim, a duplicação do mesmo elemento (ainda que com alterações editoriais óbvias) não deve ser contabilizado. Acresce ainda o facto de o depósito do repositório ser inerente, porque obrigatório, à conclusão de qualquer tese e/ou dissertação e não deve configurar uma publicação. Neste campo, o candidato não apresenta mais de dois livros editados, face à mais de uma dezena de elementos mencionados.
- 7) No DTCP 1 *i.e) Artigos não indexados*. O candidato refere os itens 3, 5, 6, 7, 8, 9 (artigos publicados em blogues), 10, 11 (artigos na imprensa), 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 (outro blogue - “o melhor amigo”). A publicação em blogues ou em jornais não se enquadram no âmbito das publicações académicas, uma vez que não aferem a cientificidade atida às mesmas – sobretudo pela ausência de mecanismos de avaliação que assegurem o rigor científico, necessariamente presentes no âmbito académico. Considera-se, por isso, que essas publicações não devem ser avaliadas nem contabilizadas.

- 8) No ponto CP III. *a) Supervisão de atividades pedagógicas - orient. de estágios, projetos (2 pontos por aluno até ao máximo de 20 alunos)*, o candidato P. Meneses refere trabalhos desenvolvidos com alunos no âmbito de uma Unidade Curricular. Esses trabalhos, não retirando a sua importância para o funcionamento da UC, não se enquadram nem na orientação, nem na supervisão pedagógica. De resto, o item CPIII a.) destina-se à orientação de estágios ou projetos afins, não se adequando a atividades letivas que são realizadas todos os anos, com normalidade, na grande maioria das UC. Julgo que, por isso, esta alínea contabiliza até 20 alunos, caso contrário, qualquer elemento de avaliação mais prático seria passível de ser aplicado neste ponto, contabilizando dezenas de alunos por ano. Peço, por isso, que a pontuação do candidato seja revista.
- 9) Ainda no ponto CP3, mais concretamente no item *c) Desempenho de outras atividades pedagógicas que o júri considere relevantes na área em que é aberto o concurso (1 ponto por atividade)* existem elementos que não estão comprovados (do item 79 ao 97).
- 10) No ponto OAR II. *a) Participação em programa de Mobilidade: Estadias docentes e de investigação – (5 pontos por participação)* o candidato refere a estadia e as comunicações no evento X ASPA. Ora, não se trata de um programa de mobilidade, pois pressuporia um protocolo institucional (como, por exemplo, em programas ERASMUS). Parece confundir-se, aqui, “mobilidade” com “participação em conferências”, como, de resto, o demonstra o comprovativo apresentado que aparenta ser, na verdade, um relatório de missão submetido ao Centro de Investigação. Peço, assim, que seja reapreciada a pontuação, não pontuando este elemento.
- 11) Relacionado com o ponto anterior, acrescenta-se que o candidato refere, no ponto DTCP 3 III. *f) Outras habilitações e formação profissional complementar (até 10 pontos)* que a participação neste evento (X ASPA) corresponde a matéria de formação. Note-se que a assistência a conferências, congressos, colóquios e afins não constitui habilitação ou matéria formativa.
- 12) No ponto CP1 I. *b) Experiência efetiva de serviço docente noutros graus de ensino (1 ponto por ano letivo)*, o candidato refere a atividade letiva no colégio D. Diogo de Sousa num ano letivo. Como é possível verificar nos comprovativos, essa atividade letiva corresponde a 20 dias. Pede-se, também aqui, reapreciação do júri. Por outro lado, o estágio pedagógico referido no mesmo ponto não configura ano de serviço docente contabilizado noutros graus de ensino, pois configura, a meu ver, uma deturpação do âmbito deste ponto.

13) Na componente DTCP, *I. n) Participação em projeto financiado por entidade externa no âmbito da área da especialidade do concurso - até 5 pontos por projeto*, o candidato menciona várias participações em projetos afetos aos Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (2i, LIHAM, PLP, Retrato e Representação). O projeto R&R (retrato e representação) – do qual fui um dos elementos fundadores - é um projeto enquadrado no grupo 2i, pelo que se nota a duplicação de elementos. Além disso, nenhum dos projetos acima referidos é financiado por uma entidade externa, como expõe muito claramente a descrição da subcomponente *n)*. Trata-se, ao invés, de grupos de investigação e/ou projetos diretamente criados pelos grupos de investigação que podem, de facto, submeter projetos tendo em vista um eventual financiamento. Note-se, aliás, que esta constatação se clarifica na descrição que eu próprio desenvolvi no meu CV, nos projetos submetidos e não financiados (por exemplo, pela FCT) e que não foram contabilizados. Ora, o candidato não refere sequer propostas de projetos. Por isso, por constituírem uma deturpação do que se entende “projeto financiado por entidade externa”, creio que estes elementos também não devem ser considerados na pontuação do candidato.

14) Finalmente, no item DCTP 1 *i) o Reconhecimento / Prémios / Bolsas de Mérito – (até 10 pontos por item)*, existem pontos referidos que suscitam dúvidas: se a bolsa de doutoramento atribuída pela FCT constitui um elemento a ter em conta, os outros (exemplo: “vencedor de concursos de docência”) não são matéria de mérito, muito menos a lista de citações transcritas tendo em conta a promoção do mérito do candidato (excertos de cartas de recomendação ou de e-mails, a título de exemplo). Também neste ponto, pede-se ao júri que reconsidere a pontuação atribuída.

Dá-se por finalizada a explanação dos argumentos e evidências que sustentam a solicitação de reanálise do processo relativo à candidatura apresentada.

Grato pela atenção dispensada e, sem outro assunto, subscreve-se, com elevada consideração,

O candidato:

Daniel dos Santos Tavares